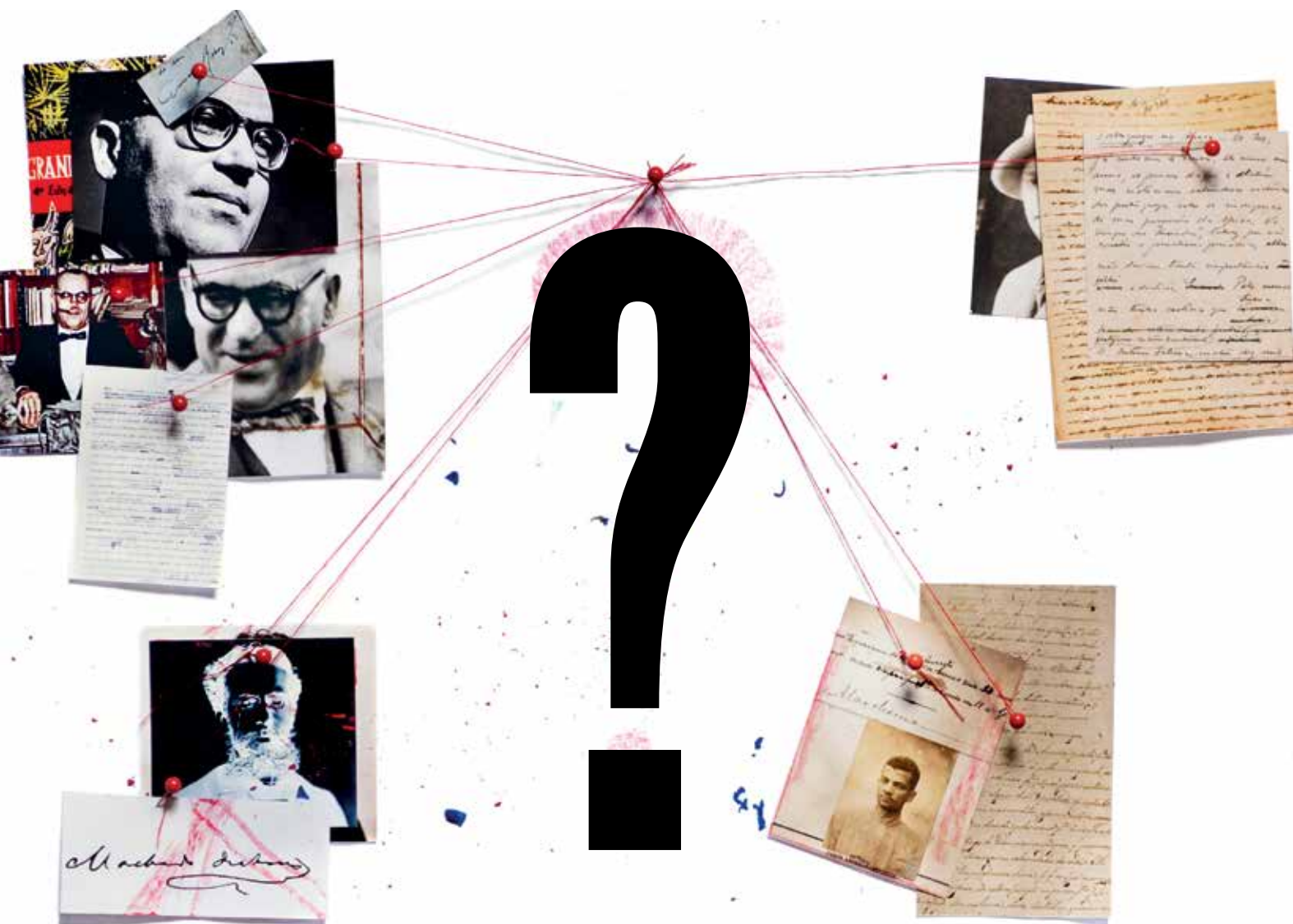


# NO TERRENO DAS POSSIBILIDADES

Complexo, processo de identificar  
autoria de textos desafia pesquisadores

Ana Paula Orlandi



# M

ais de 100 anos após sua morte, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) continua a despertar atenção na cena literária brasileira. Basta ver a repercussão do artigo *Machado biógrafo: Da investigação de uma revista a um texto inédito*, publicado por Cristiane Garcia Teixeira na revista acadêmica *ArtCultura*, da

Universidade Federal de Uberlândia, recentemente. No texto, a historiadora catarinense indica que um esboço biográfico sobre dom Pedro II (1825-1891), divulgado de forma anônima na edição de 6 de novembro de 1859 em *O espelho: Revista Semanal de Literatura, Modas, Indústria e Artes*, pode ter sido escrito por Machado de Assis aos 20 anos de idade.

O esboço foi encontrado por Teixeira durante pesquisa para sua dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 2016. “A primeira coisa que me chamou a atenção foi a localização da biografia na revista”, conta a pesquisadora, que atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em História na mesma instituição. “O texto de cinco colunas estava na primeira página, no lugar e formato que costumava ser ocupado por alguns romances ou, então, por artigos do próprio Machado, principal colaborador da revista.”

Outros elementos ajudaram Teixeira a aventar a possibilidade de que o texto pudesse ter sido escrito pelo futuro autor de clássicos como *Dom Casmurro* (Editora Garnier, 1899) e *Memórias póstumas de Brás Cubas* (Editora Tipografia Nacional, 1881). De acordo com a pesquisadora, no número 6 do mesmo periódico, datado de 9 de outubro, uma nota anônima informou: “Brevemente encetaremos a publicação de uma Galeria dramática – biographias e um retrato correspondente. O photographo é o Sr. Gaspar Guimarães, e o biographo é o Sr. Machado de Assis”. Garcia também identificou características machadianas como o uso de primeira pessoa, recurso comum em outros textos escritos pelo autor na época, segundo a pesquisadora. “O negaceio, muito característico de Machado, é outro elemento que aparece no texto. Logo no início, o autor daquele esboço avisa que não iria falar sobre política para, em seguida, fazer exatamente o contrário”, observa. “Mas digo que tudo são possibilidades porque o texto não é assinado.”

Hélio de Seixas Guimarães, professor de literatura brasileira da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), não observa tantas semelhanças.

“É plausível que Machado escrevesse sobre o imperador, pois o admirava e na própria década de 1860 dedicou poemas a dom Pedro II e à família imperial”, diz o especialista. “Em minha opinião, o ponto mais convincente em favor da autoria encontra-se no início do esboço biográfico: é a separação feita pelo autor anônimo dos papéis do cronista e do historiador, o que caberia a cada um deles dizer. Esse é um tema que Machado de fato abordou em outros momentos de sua trajetória como escritor.” Entretanto, Guimarães acha difícil identificar no esboço biográfico algo que lembre um estilo machadiano. “O texto termina de forma abrupta, não tem um fecho, e Machado costumava ser caprichoso ao finalizar seus escritos, sempre deixava algo para reverberar no leitor. Tampouco percebo negaceio no esboço biográfico”, observa o pesquisador. “A meu ver, o texto é relatorial, laudatório, talvez redigido para conquistar a simpatia do imperador e apoio financeiro para o periódico, como era comum na época. Mas não é possível descartar a possibilidade de o texto ter sido escrito por Machado.”

Não é de hoje que a atribuição de autoria a textos literários atija a curiosidade de pesquisadores. “Há muita incerteza em torno de alguns escritos de Machado de Assis e até hoje não sabemos com exatidão quantos contos ele escreveu, além dos 200 de autoria comprovada”, aponta Guimarães. “Em geral, são contos de início de carreira, publicados na imprensa de forma anônima ou então com iniciais ou pseudônimos atribuídos a Machado, alguns sem comprovação. Até mesmo Carlos Drummond de Andrade [1902-1987] se aventurou a identificar os pseudônimos Camillo da Anunciação, que assina o conto “A vida eterna”, e Marco Aurélio, do conto “Possível e impossível”, como sendo de Machado de Assis.”

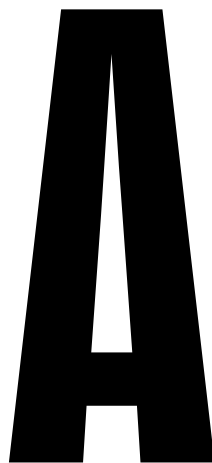
Fernando Borsato dos Santos, orientado por Guimarães, investiga em seu mestrado o conjunto de pseudônimos e abreviaturas utilizados por Machado de Assis ao longo de sua trajetória na imprensa e o modo como eles se comportam ao longo da obra e nos diferentes gêneros. “Ele está trabalhando com 83 assinaturas diferentes, das quais 53 são pseudônimos e o restante corresponde às várias iniciais que Machado empregou para assinar seus textos, como M. A., M-as e J. M.”, conta. Tal incerteza de autoria provoca controvérsia entre os estudiosos machadianos. Um desses casos, ainda de acordo com Guimarães, é o conto “Felicidade pelo casamento”, publicado no *Jornal das Famílias*, em 1866. Primeiro, a obra foi atribuída a Machado de Assis pelo biógrafo Raimundo Magalhães Júnior (1907-1981). Depois foi contestada por outro biógrafo do “Bruxo do Cosme Velho”, Jean-Michel Massa (1930-2012), e, mais recentemente, em 2015, a atribuição voltou a ser defendida pelo pesquisador Mauro Rosso.

A profusão de pseudônimos, abreviaturas e textos anônimos era praxe em periódicos do século XIX, informa Tania Regina de Luca, do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Assis. “Em geral havia poucos colaboradores nesses periódicos e muitos deles variavam a assinatura por meio de pseudônimos ou iniciais para sugerir ao leitor que a redação era maior. Além disso, esses colaboradores, que tanto poderiam ser autores já renomados ou aspirantes a literatos, escreviam para vários periódicos e viam aquele trabalho jornalístico como um complemento de renda, num momento em que a profissionalização do escritor dava seus primeiros passos”, observa a autora do livro *A ilustração (1884-1892) – Circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro* (Editora Unesp, 2018). “Tampouco estava estabelecida a noção de direito autoral, tema que começou a ser discutido, em âmbito internacional, no final do século XIX, a partir da Convenção de Berna, em 1886. Assim, muitos textos nem eram assinados.”

Joaquim Marçal Ferreira de Andrade, coordenador da Biblioteca Nacional Digital, concorda. “Se até os anos 1980 os grandes jornais brasileiros não se sentiam na obrigação de publicar uma foto com o crédito do fotógrafo, imagine como era a situação no século XIX. O resultado é que hoje os pesquisadores se deparam o tempo todo com dúvidas de autoria nos periódicos, seja em relação a texto ou imagem”, aponta o autor do livro *História da fotoreportagem no Brasil: A fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900* (Editora Campus/Elsevier, 2004). “O trabalho de atribuir autoria é uma aventura que demanda muito conhecimento, pesquisa, perspicácia e perseverança. É um trabalho de detetive.”

Foi investigando em periódicos do século XIX, na Biblioteca Nacional, que o pesquisador independente Felipe Pereira Rissato descobriu o primeiro pseudônimo usado pelo escritor e jornalista Euclides da Cunha (1866-1909). “Antes pensava-se que Euclides havia estreado na imprensa em 1884, nas páginas do jornal *O democrata*, mas sob a alcunha de Ícaro ele assinou textos nos jornais *Evolucionista* e *Espectador*, em 1883, aos 17 anos de idade”, afirma Rissato, que divide a autoria do achado com o parceiro de pesquisa, o euclidianista Leopoldo Bernucci, professor da Universidade da Califórnia em Davis, nos Estados Unidos. Outra das descobertas de Rissato é um texto anônimo, publicado na segunda edição da *Revista Luso-Brasileira*, em 1860, com o título “Lembranças de minha mãe”, que ele credits a Machado de Assis. “Recentemente descobri textos assinados com as iniciais M. A., mas estou investigando para saber se são mesmo de Machado de Assis ou de Moreira de Azevedo, seu colega em muitos daqueles periódicos.”

Em se tratando de pseudônimo, Sílvia Maria Azevedo, professora da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Assis, não tem dúvida: Machado de Assis é o autor das cerca de 300 crônicas escritas sob a alcunha de Dr. Semana e publicadas na revista *Semana Ilustrada*, especializada em charges, caricaturas e sátiras políticas. “Ele assumiu a coluna em 1869, quando esta passou a se chamar *Badaladas*, e lá permaneceu até 1876, quando a revista fechou as portas”, defende Azevedo, que lançou no ano passado o livro *Badaladas – Dr. Semana* (Nankin Editorial), em que reúne em dois tomos uma série de notas de rodapé, índices onomásticos e tabelas com marcas textuais para comprovar a pena machadiana.



A autoria das crônicas sempre foi alvo de controvérsia entre os estudiosos. “José Galante de Sousa, autor de obra sobre a bibliografia de Machado, publicada na década de 1950, apontou que o pseudônimo havia sido utilizado por vários colaboradores da revista e que só seria possível atribuir sua autoria após um exame minucioso desse material”, conta Azevedo. Foi o que a estudiosa fez. “Acho que

nós, pesquisadores, precisamos questionar fontes e assumir desafios. Isso enriquece o debate. Mas só me aventurei a isso porque estudo Machado desde a década de 1980.”

O livro é fruto de pesquisa iniciada em 2012. Ao longo de três anos, Azevedo analisou cada uma das crônicas. “Considerarei marcas internas, que dizem respeito a aspectos do texto, ao modo de escrever, bem como marcas externas, a exemplo de citações presentes em outras obras de Machado escritas em momentos diversos, como crítica teatral e romances”, explica. Por fim, o estudo também mereceu leitura crítica do machadiano Valentim Facioli, professor aposentado de literatura brasileira da USP e proprietário da Nankin Editorial, que publicou a obra. “Atribuir autoria é um processo trabalhoso e delicado, que demanda muitos cuidados”, conclui Azevedo.

Para a historiadora Denise de Almeida Silva, supervisora do Serviço de Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, trata-se de uma análise multidisciplinar. “Eu buscava atribuir autoria de um documento consultando inclusive especialistas de áreas como filologia, paleografia e diplomática, além de estudiosos de determinado assunto ou personalidade”, pontua. “É também preciso levar em conta a relação que esse documento estabelece com outros documentos do arquivo.”





3



2



Estão sob a guarda do IEB acervos de escritores, artistas e intelectuais, como João Guimarães Rosa (1908-1967). Ao investigar o arquivo literário do autor de *Grande sertão: Veredas* (Livraria José Olympio Editora, 1956) durante pesquisa de doutorado, defendido em 2013, na FFLCH-USP, Mônica Gama se deparou com “pequenos manuscritos enigmáticos, parecidos com poemas em prosa” que revelaram ser as orelhas da terceira edição da série de novelas *Corpo de baile* (Livraria José Olympio Editora, 1956). “Logo após a morte de Guimarães, no final da década de 1960, a José Olympio Editora, que lançava as obras do autor, publicou um livro em homenagem a ele [*Em memória de Guimarães Rosa*, 1968], em que informava que o próprio Guimarães escrevia as orelhas de seus livros. Mas não havia comprovação de que isso de fato havia ocorrido”, lembra Gama, hoje professora do curso de letras da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

A partir dessa pista, Gama vasculhou não apenas o arquivo do IEB como também acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Biblioteca Nacional, ambas no Rio de Janeiro. “Por meio desses manuscritos descobri que as orelhas de todos os livros de Guimarães, que eram anônimas, haviam, de fato, sido escritas por ele”, diz. “É interessante perceber que no início ele cria uma autoimagem de autor que contava tudo por meio da memória, porque era um homem sertanejo, algo muito apropriado para atrair os leitores que gostavam da

prosa regionalista em voga na época, mas paulatinamente vai desenvolvendo textos extremamente poéticos para apresentar suas obras.”

Saulo Cunha de Serpa Brandão, professor aposentado do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), considera que o Brasil está atrasado na busca por metodologias de atribuição de autoria. “A estilometria com auxílio de programas de computador é uma maneira de detectar por meio de softwares o padrão de escrita de uma pessoa. É possível ver quantas vezes uma mesma palavra é repetida ou se o autor usa com maior frequência ‘outrossim’ do que ‘mais’, por exemplo”, explica Brandão, que utiliza o método desde 2003. “Entretanto, os softwares não são de fácil utilização e interpretação. O pesquisador precisa estar disposto a lidar com matemática e estatística, coisa que nem sempre acontece na área das humanidades. O ideal seria contar com uma equipe multidisciplinar.”

A máquina traz outras limitações, como atestou Brandão em uma de suas pesquisas. Desde 2003 ele investiga o documento *Cartas chilenas*, cuja autoria é atribuída ao poeta Tomás Antônio Gonzaga (1744-1810). “Trata-se de um texto pequeno, que não chega a 30 mil palavras. Esses softwares são indicados para análise de obras mais volumosas, como é o caso da produção de William Shakespeare [1564-1616], com mais de 900 mil palavras. Isso porque é na variedade que se estabelece um padrão”, observa. “Mas a máquina não trabalha sozinha: por trás dela é preciso ter um pesquisador, pensando estratégias para saber como cercar um autor e tentar descobrir traços que marquem a escrita dele. No documento em análise, a ideia é checar se outros poetas contemporâneos que viviam em Vila Rica ou nos arredores possam ter participado da elaboração do texto.”

Mônica Gama reflete sobre a possibilidade de uma máquina desse tipo ter contribuído para sua pesquisa de doutorado. “No meu caso não adiantava buscar marcas de estilo porque os textos das orelhas dos livros de Guimarães Rosa eram completamente diferentes do que se conhece como escrita roseana.” Na investigação, Gama utilizou a crítica genética, metodologia surgida na França nos anos 1960, e introduzida no Brasil na década de 1980, que busca mapear os meandros da



criação através de rastros ou marcas deixadas por artistas durante o processo criativo. “O objetivo da crítica genética não é comprovar autoria de um documento, mas como mergulhamos de forma profunda em arquivos e nos tornamos aptos a avaliar a probabilidade de uma autoria.”

**D**e qualquer forma, a tecnologia vem sendo utilizada nos trabalhos da edição nacional dos escritos de Antonio Gramsci (1891-1937), projeto iniciado em 2007 sob responsabilidade da Fundação Instituto Gramsci, da Itália. O objetivo é tentar estabelecer a versão definitiva de todos os escritos do pensador marxista. Um dos grandes desafios está em certificar a autoria dos textos jornalísticos atribuídos ao italiano, publicados nas décadas de 1910 e 1920, em sua maioria de forma anônima. “Trata-se de uma parte muito importante da produção gramsciana e dúvidas acerca de sua autoria vêm acalorando há décadas o debate entre estudiosos mundo afora”, conta o cientista político Alvaro Bianchi, diretor do Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp). O trabalho de reedição é cercado por um aparato filológico, que inclui o uso de um software. “A filologia fornece importantes ferramentas para atribuição de autoria de textos, mas infelizmente é pouco conhecida no Brasil”, observa Bianchi, que dirigiu o Arquivo Edgard Leuenroth, da mesma universidade, entre 2009 e 2017.

Marcelo Módolo, professor de filologia e língua portuguesa da FFLCH-USP, concorda. “É um equívoco achar que a filologia está unicamente associada a estudos linguísticos e literários do período clássico e medieval, concepção ainda recorrente no Brasil, inclusive dentro da academia”, diz. Segundo o estudioso, uma das atribuições do filólogo é o reconhecimento da autoria de textos, sejam eles manuscritos ou impressos, atuais ou antigos. “Tal tarefa requer, entre outros procedimentos, a análise comparativa acurada do vocabulário e da sintaxe do trabalho sem autoria comprovada com outras obras identificadas do autor. Essa metodologia poderia ser muito bem empregada no suposto texto machadiano recém-descoberto, por exemplo, mas nunca podemos perder de vista que a atribuição de autoria habita o terreno das possibilidades e não das certezas”, conclui. ■